



IRMANDADE DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2018



ÍNDICE

	Pág.
Convocatória	2
Órgãos Sociais	3
Introdução	4
Relatório de Gestão	5 a 15
Considerações Finais e Proposta de Aplicação de Resultados	16 a 17
Demonstrações Financeiras e anexo	18 a 43
Certificação Legal das Contas	44 a 46
Parecer do Conselho Fiscal	47



Handwritten signature in blue ink, likely of the President of the Assembly.



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem em *Assembleia-geral* no dia **28 de março**, pelas **17.30 horas**, no Auditório desta Santa Casa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2018;
3. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.º 1 do Art.º 24, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

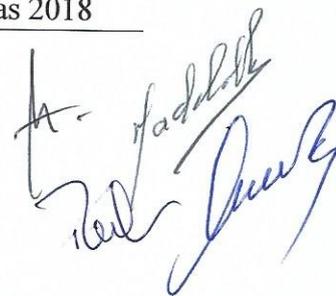
Paredes, 06 de março de 2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Handwritten signature of Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro

a) Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro

100000



ORGÃOS SOCIAIS Quadriénio 2016-2019

ASSEMBLEIA GERAL:

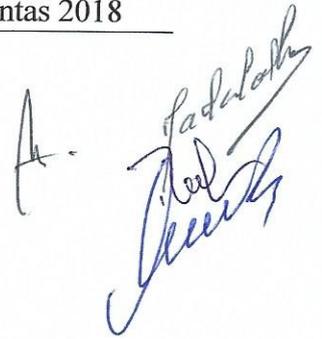
Presidente: Alberto Luís Mourão Soares Carneiro
Vice - Presidente: Augusto Manuel Teixeira de Barros Ruão
Secretária: Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto
Secretária: Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa
Suplente: Manuel Luís da Rocha e Sousa
Suplente: José Maria de Sousa Ferreira Alves

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor: Ilídio José da Silva Meireles
Vice - Provedor: Joaquim Camilo de Meireles Ruão
Vogal: Teresa Maria de Paiva Leal
Tesoureira: Maria Madalena Vieira Nogueira Carvalho Silva
Secretário: Ildebrando da Mota Coelho
Suplente: José Armando Coutinho Baptista Pereira
Suplente: Francisco José Andrade Alves de Sá
Suplente: António Francisco Coelho Pinheiro

DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:

Presidente: António Lourenço Martins
Vice - Presidente: Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio
Secretário: António Francisco de Oliveira Ferreira
Suplente: Manuel da Silva Barbosa
Suplente: Constantino Ferreira Brito



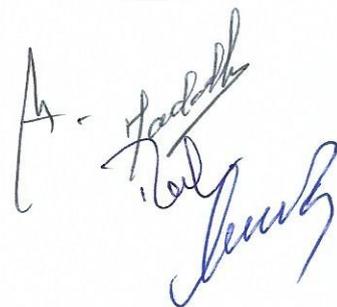
INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Paredes definidos na **alínea b) do n.º 2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o Relatório e Contas do exercício de 2018, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

Este Relatório e Contas representa a continuidade de um ciclo em que a Misericórdia tem assumido uma posição de enorme importância social e económica. Consciente da importância que este setor reveste na sociedade, a Mesa Administrativa pretende dar continuidade à promoção social, constituindo assim a raiz da sua ação, assente na capacidade de inovação e adaptação, face às respostas sociais necessárias.

O conteúdo deste documento relata a posição financeira e contabilística da Instituição, constituída pelas demonstrações financeiras exigidos por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

RELATÓRIO DE GESTÃO



O ano de 2018 foi, como os anteriores, um ano de intenso trabalho, já que, para além do acompanhamento do quotidiano, sempre exigente, foi necessário continuar a dispensar atenção às variadas intervenções de recuperação e valorização do património imobiliário, com intervenções pontuais em diversas áreas e equipamentos.

Fruto de uma candidatura ao Fundo Rainha Dona Leonor, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foi possível obter algum apoio financeiro, já traduzido nas contas, como participação nas obras realizadas com a remodelação parcial do rés do chão do edifício do Lar. As obras participadas incluem o arranjo exterior dos jardins e anexos, em curso atualmente, de forma a poder ser definitivamente concluído o processo.

Infelizmente, problemas técnicos com o pavimento, a que a Santa Casa é totalmente alheia, obrigarão a executar a sua substituição, o que se prevê seja efetuado de imediato, de forma a poder ser feita a inauguração formal das obras de beneficiação e remodelação do Lar em fins de Abril, princípios de Maio, conforme exigência da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Decorrem igualmente as obras a realizar por conta da Diaverum – Investimentos e Serviços, Lda no edifício da hemodiálise para alargamento das instalações e consequente obtenção da respetivas licenças de utilização, enquanto decorre o processo de aprovação prévia do processo de remodelação do Jardim Infantil.

Deu-se resposta a todos os problemas que assolam o dia a dia da nossa realidade, mas é precisamente para essas dificuldades que orientamos a nossa atenção no sentido de resolver os problemas, suprir as deficiências, melhorar a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra.



Apesar das dificuldades, verificou-se um aumento dos proventos, mesmo tendo em conta a especial incidência da diminuição do rendimento dos juros das aplicações financeiras da instituição.

A -
[Handwritten signature]

Por outro lado, aumentou a despesa corrente, essencialmente com a valorização do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, aumento estendido a todos os restantes funcionários, progressão da carreira de alguns funcionários (com a recuperação do vencimento de uma diuturnidade), circunstância que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos na coluna da despesa, assim como a pressão que se coloca nos dias de hoje, com o constante recurso a contratações temporárias de trabalhadoras para o regime de substituição para férias e a circunstância de atualmente o Lar ser quase um serviço de cuidados continuados, dada a degradação da saúde dos utentes, que cada vez são mais velhos e mais dependentes, implicando um cada vez maior número de trabalhadores.

Este aspeto de agravamento do custo do trabalho não é compensado pela comparticipação dos utentes, a maior parte com reformas insuficientes, e do Estado, já que a tabela atual é para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e não para uma unidade de cuidados continuados.

As contas refletem ainda um custo acrescido com outros gastos e perdas, motivado pela obrigação de pagar a taxa de loteamento dos diversos prédios urbanos (Edifícios da Hemodiálise, Jardim Infantil, dos Serviços Administrativos e das quatro casas da Feira), no valor de cerca de € 29.000, mas que será objeto de um pedido de subsídio à Câmara Municipal do mesmo valor em virtude deste procedimento ser habitual para as instituições de solidariedade social.

Finalmente impõe-se referir que o saldo negativo das contas se explica pelo facto de serem contabilizadas amortizações no valor de € 233.067,43, fruto do acentuado investimento que foi feito ao longo dos últimos anos, sem o que o saldo seria manifestamente positivo.



E se esse facto pode desagradar a alguns dos irmãos, a verdade é que apesar desse investimento feito ao longo dos últimos seis anos, as disponibilidades financeiras da instituição mostram-se até superiores aos valores relativos a 2012, com o particular aumento de € 188.113,68 no último ano e ainda que tal situação venha a alterar-se no futuro se, como é intenção da instituição, vierem a concretizar-se os projetos previstos.

É que a realização de todas as obras desenvolvidas tem reflexo nas contas, com os respetivos custos de amortização, mas entende esta Mesa Administrativa que devem ser vistas como investimento necessário e até imprescindível na perspetiva do médio prazo.

Os resultados de 2018 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratórios.

Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é o seu porto de abrigo.

INFORMAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

A Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta a seguinte informação referente ao período económico de 2018, contida nos seguintes instrumentos de gestão:

- Balanço em 31 de dezembro de 2018;
- Demonstração de Resultados por natureza em 31 de dezembro de 2018;
- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

O objetivo das demonstrações financeiras é proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro da Instituição.

A
[Handwritten signatures]

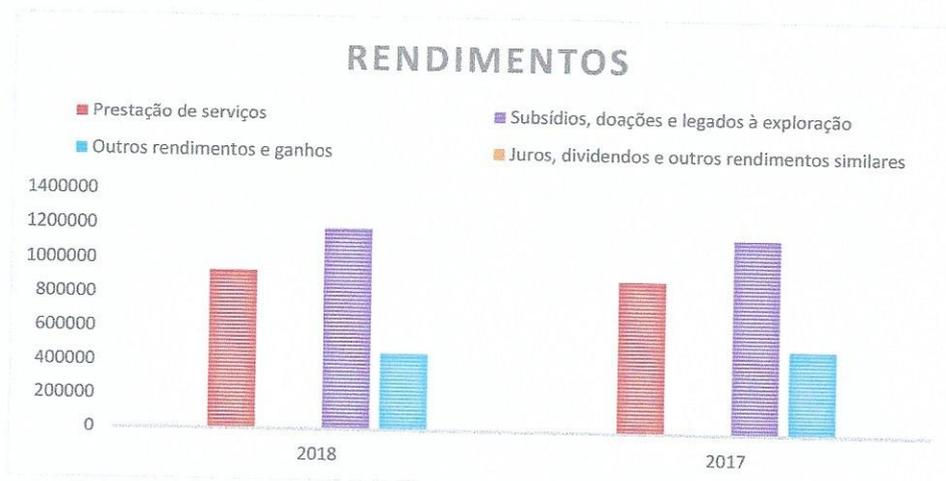
De forma resumida, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:

Análise da Situação Económica – Demonstração de Resultados

Em termos de estrutura de rendimentos, a decomposição é a seguinte:

RENDIMENTOS

(valores em euros)		
RENDIMENTOS	2018	2017
Prestação de serviços	938.714,97	901.622,72
Subsídios, doações e legados à exploração	1.185.264,45	1.150.018,32
Outros rendimentos e ganhos	456.906,59	503.573,45
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	4.891,29	8.840,33
Total dos rendimentos	2.585.777,30	2.564.054,82



No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de € 2 585 777.30 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete euros e trinta cêntimos), traduzindo um acréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 0.85%.

Na rubrica “**Serviços Prestados**” verifica-se um acréscimo na ordem de 4.11% em relação ao exercício de 2017, fruto da variação média das mensalidades. As mensalidades variam em função dos rendimentos dos utentes admitidos.

A rubrica “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**” aumenta 35 246.13€ (trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis euros e treze cêntimos), em relação ao exercício de 2017, resultado da atualização de 2.2% dos valores das participações financeiras por utentes com acordos de cooperação, para as respostas sociais Lar, centro de dia, serviço apoio domiciliário, creche e CATL – centro atividades tempos livres, com exceção da resposta social pré-escolar que atualiza 0.6% face ao observado em 2017. Convém referir que na resposta social do pré-escolar, a Misericórdia candidata-se anualmente a um apoio financeiro para compensar a remuneração média dos educadores de infância dessa valência, na sequência do definido por lei no acordo anual para o ano letivo.

Nesta rubrica também estão incluídos os subsidio do protocolo do RSI – Rendimento social de inserção, subsídios do IEFP – Instituto emprego e formação profissional, bem como verbas referentes ao projeto de apoio às pessoas mais carenciadas financiado pelo PORTUGAL 2020, tipologia de operações 1.2.1-Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito do aviso n.º PO APMC-F2-2017-01, Fundo Europeu de Auxilio a Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), ao território de Paredes, com o n.º total de destinatários de 535, na modalidade de Polo de Receção, Coordenadora e Mediadora, em parceria com as entidades mediadoras **S. Pedro – Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa**. Este programa foi aprovado e iniciado em 16/10/2017 e a data do fim da operação é 30/11/2019. Os destinatários são distribuídos pelos mediadores da seguinte forma:

Irmandade da Misericórdia de Paredes – 235

S. Pedro – Centro Social Sobreira – 150

Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa – 150

A Misericórdia de Paredes, receciona os produtos, armazena, distribui aos mediadores e aos destinatários e é responsável pela coordenação de toda a logística e ações de

acompanhamento. Os produtos a distribuir no âmbito da operação são produtos congelados, frios e secos, nomeadamente leite, arroz, queijo, tomate enlatado, atum em latas individuais, brócolos congelados, cereais de pequeno-almoço, creme vegetal, espinafres congelados, feijão enlatado, frango congelado em pedaços, grão-de-bico cozido enlatado, marmelada, massa esparguete, mistura de vegetais para preparação de sopa ultracongelada, pescada n.º 3 congelada para cozer e sardinha em óleo vegetal em latas individuais.

O Instituto de Segurança Social assumiu a qualidade de organismo intermédio do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas). Atendendo à composição dos cabazes a distribuir, reforçados em termos nutricionais e por grupo de destinatários, e à temporalidade semestral de distribuição inerente ao tipo de alimentos constantes dos mesmos, bem como à necessidade de criação de condições logísticas para prover os recursos necessários à execução das ações e atividades inerentes ao desenvolvimento do POAPMC, em particular no que respeita às despesas iniciais de armazenagem, refrigeração, transportes e distribuição de géneros alimentares, foi criado o programa de apoio financeiro complementar à execução do POAPMC, denominado PAC (Programa de Apoio Complementar), que complementa o apoio financeiro previsto no âmbito do POAPMC com a distribuição e o armazenamento dos alimentos.

Na rubrica “**Outros Rendimentos e Ganhos**” verifica-se um decréscimo de 46 666.86€ (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos), em relação ao período transato, reflexo da rubrica “Restituição de Impostos” referente aos pedidos de restituição de valor de IVA suportado nas faturas de construções, manutenções e conservação dos edifícios, de bebidas e alimentação, e de elementos do ativo fixo tangível e suas reparações, com limites estipulados na lei para restituição de IVA de outros regimes - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, que oscila em função do investimento efetuado. Convém referir que nesta rubrica também inclui as rendas de edifícios, consultórios e habitações que sofreram acréscimo pela atualização do coeficiente de rendas em 1.0112.

Nesta rubrica também contempla a imputação de subsídios de investimento, nomeadamente PIDDAC, Fundo Rainha Dona Leonor, subsídios estes que estão associados a ativos e que são transferidos numa base sistemática, para a conta 7883, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

A rubrica “**Juros e Rendimentos Similares Obtidos**” têm sofrido alterações significativas justificando-se pela redução da taxa de juros atribuídas às aplicações financeiras efetuadas

[Handwritten signature]

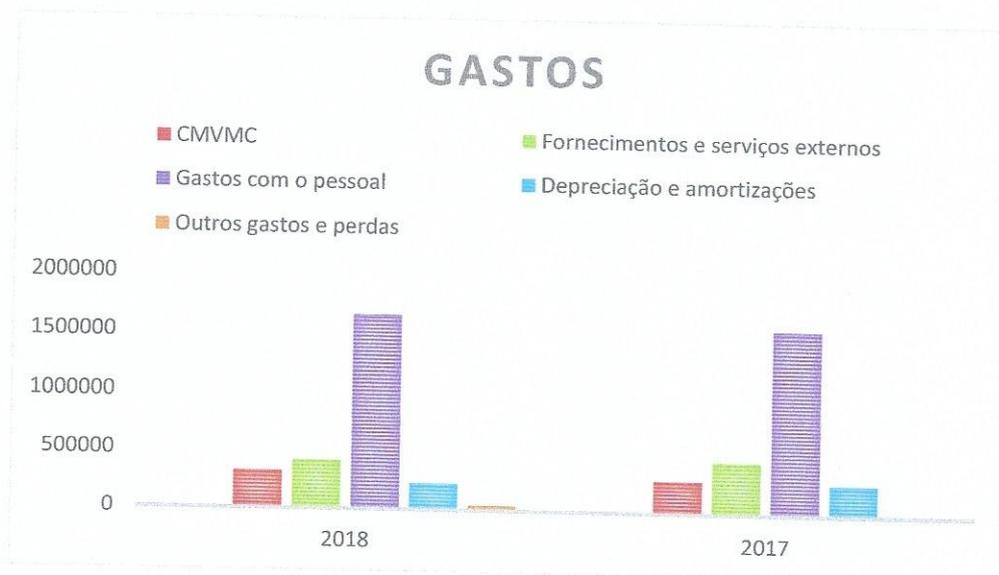
pela Instituição. No período em análise, esta rubrica teve um decréscimo, em termos percentuais, na ordem de 44.67%, em relação ao período de 2017.

As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2018 são, os “Subsídios, Doações e Legados à Exploração”, “Prestação de Serviços” e “Outros Rendimentos e Ganhos” representando 45.84%, 36.30% e 17.67% do total dos rendimentos, respetivamente.

Em termos de estrutura de gastos, a decomposição é a seguinte:

GASTOS

Gastos	(valores em euros)	
	2018	2017
CMVMC	319.848,52	287.164,79
Fornecimentos e serviços externos	414.359,67	454.831,05
Gastos com o pessoal	1.660.764,73	1.568.965,34
Depreciação e amortizações	233.067,43	269.843,39
Outros gastos e perdas	42.675,31	15.736,94
Total dos gastos	2.670.715,66	2.596.541,51





No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de € 2 670 715.66 (dois milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e quinze euros e sessenta e seis cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 2.86%, face ao ano de 2017.

[Handwritten signature]

Na rubrica “*Custo das Mercadoria Vendidas e Matérias Consumidas*” verifica-se um acréscimo na ordem de 11.38%, face ao período de 2017. Relembra-se que no ano de 2017, a cozinha do lar encerrou provisoriamente devido à obra de “Remodelação do Rés-do-chão do Edifício do Lar”. Nesse período de remodelação do espaço destinado à cozinha, as refeições foram fornecidas por uma empresa subcontratada para o efeito. Com a conclusão da obra, a cozinha voltou à sua atividade normal refletindo-se um aumento considerado normal para esta rubrica.

Na rubrica “*Fornecimentos e Serviços Externos*” verifica-se uma diminuição na ordem de 8.90%, em relação ao período de 2017. Relembro que no ano 2017, esta rubrica teve um aumento significativo justificado pelo conjunto de gastos contemplados na obra acima referida, bem como nas obras de “Remodelação de espaço destinado ao CATL – centro de atividades tempos livres” e “Remodelação das antigas salas do CATL para instalação de berçário e creche”. Em 2018, os gastos regressaram ao seu estado normal, sempre com a preocupação de contenção de custos.

Os “*Gastos com o Pessoal*” atingiram a verba respeitável de € 1 660 764.73, um acréscimo de 5.85%, em relação ao período de 2017. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição, bem como progressão da carreira profissional de alguns funcionários e constante recurso a contratações temporárias de trabalhadores para regime de substituição para férias.

Na rubrica “*Gastos com Depreciações e Amortizações*” verifica-se uma diminuição na ordem dos 13.63%. A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. O período de vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

Por sua vez, a Rubrica “*Outros Gastos e Perdas*” sofre um aumento significativo na ordem de 171.18%, face ao ano transato, motivado pela obrigação de pagar a taxa de loteamento dos



Handwritten signature and initials in blue ink.

diversos prédios urbanos (Edifícios da Hemodiálise, Jardim Infantil, dos Serviços Administrativos e das quatro casas da Feira).

É de salientar no total dos gastos as rubricas “Gastos com o Pessoal”, “Fornecimentos e Serviços Externos” e “CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” com uma representatividade de 62.18%, 15.51%, e 11.98% respetivamente.

Completamos o período de 2018, com um resultado líquido negativo de € 84 938.36 (oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito euros, e trinta e seis cêntimos), correspondendo a um acréscimo de 161.46%, face ao período de 2017.

Análise da Situação Financeira – Balanço

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de Dezembro de 2018 o *Ativo Líquido* da Instituição cifra-se em € 6 020 945.55 (seis milhões, vinte mil, novecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos), traduzindo um acréscimo em termos percentuais de 0.11%, relativamente ao período de 2017 que se cifrou em € 6 014 167.36 (seis milhões, catorze mil, cento e sessenta e sete euros e trinta e seis cêntimos).

A rubrica "*Outras Variações nos Fundos Patrimoniais*" contempla os Subsídios “PIDDAC”, “Fundo Rainha Dona Leonor”, bem como heranças e doações efetuadas por utentes do Lar.

Os subsídios não reembolsáveis (PIDDAC), Fundo Rainha Dona Leonor e as doações relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

A conta "*Ajustamentos em Ativos Financeiros*" refere-se ao ajustamento na quantia escriturada do investimento financeiro no HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA. Relativamente à base de mensuração das participações financeiras na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRF aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-



ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. No ano de 2016 não houve alterações à participação detida nessa empresa. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações.

É de destacar a representatividade de 38.97% Ativos fixos tangíveis e de 38.27% das disponibilidades, no total do ativo.

Quanto aos **Fundos Patrimoniais** passou de € 5 442 695.79 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos) em 2017, para € 5 510 909.88 (cinco milhões, quinhentos e dez mil, novecentos e nove euros e oitenta e oito cêntimos) em 2018, o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 1.25%.

Quanto ao **Passivo Corrente**, passou de € 571 471.57 (quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e um euros e cinquenta e sete cêntimos) em 2017, para € 510 035.67 (quinhentos e dez mil, trinta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos) em 2018, o que traduz um decréscimo em termos percentuais de 10.75%. A rubrica que tem maior influência neste aumento é "Outras Contas a Pagar", que contempla fornecedores do imobilizado/ativos fixos tangíveis e intangíveis, credores por acréscimos de gastos (estimativa de férias, subsídios de férias e respetivos encargos com os gastos com o pessoal) e valores a pagar aos Mediadores que estão em parceria com a Misericórdia no Programa POAPMC (Programa Operacional Apoio a Pessoas Mais Carenciadas), programa explicado na rubrica "Subsidio, doações e legados à exploração". Convém referir que a Misericórdia como coordenadora desse

Handwritten signature and initials in blue ink.

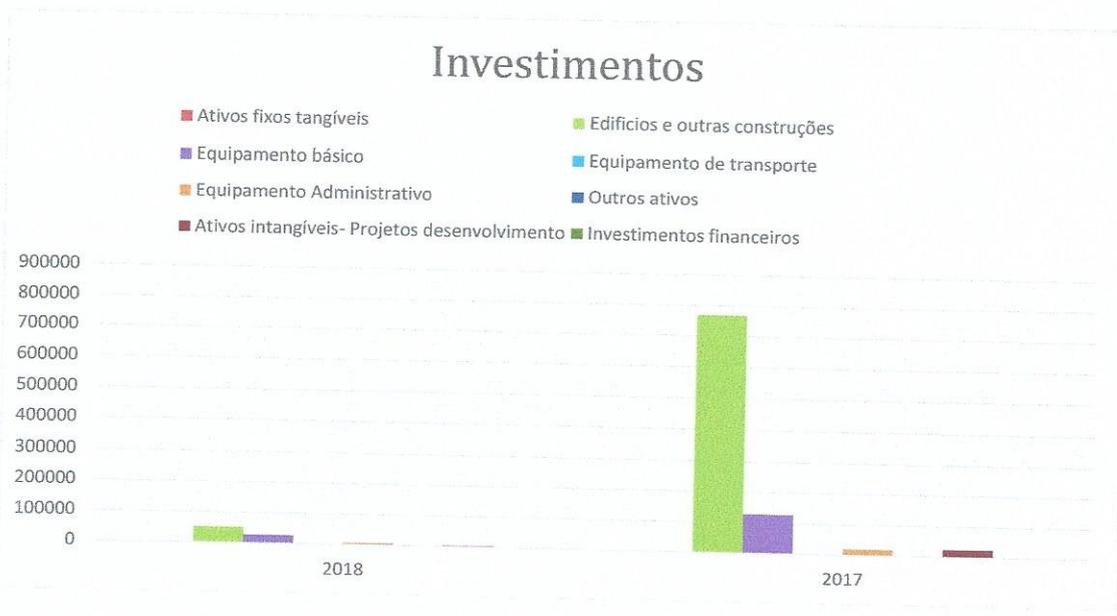
programa, fica responsável pelo recebimento dos subsídios e à posterior transfere para a conta bancária dos Mediadores.

Investimentos

O período de 2018 registou um investimento global de € 85 653.08 (oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três euros, e oito cêntimos), o que representa um decréscimo de 90.88%, face ao ano de 2017.

(valores em euros)

Investimentos	2018	2017
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	50.024,53	767.782,55
Equipamento básico	25.906,23	128.256,50
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	7.016,32	19.073,16
Outros ativos	0,00	159,00
Ativos intangíveis- Projetos desenvolvimento	2.706,00	24.079,22
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Total de investimentos	85.653,08	939.350,43



Execução Orçamental

A nível de execução orçamental os rendimentos e os gastos situaram-se acima do orçamentado em 2.93% e 0.94% respetivamente.

Realce-se mais uma vez, que para isso foi determinante a atitude construtiva e colaborante de todos os trabalhadores da Misericórdia, com ou sem funções de chefia.



Handwritten signature in blue ink, likely of the President or a representative of the institution.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar, no cumprimento das disposições estatutárias desta Santa Casa da Misericórdia de Paredes, as contas relativas ao ano de 2018, como aliás é usual nesta instituição, procurou-se fazer refletir com rigor o que caracterizou a ação da Mesa Administrativa e a demonstração clara do que foi a atividade desta Santa Casa, na coordenação entre as necessidades dos utentes e a prestação do melhor serviço, na vontade expressa de melhorar continuamente as condições de funcionamento das diversas áreas de intervenção e no apoio dado a todos os colaboradores da instituição.

Não pode assim a Mesa Administrativa deixar de agradecer o empenho e colaboração dos órgãos sociais, e especialmente de todos os funcionários e colaboradores que, com espírito solidário e empenhado, defendem com a sua ação o bom nome da instituição, servindo o bem comum e dignificando as obras de misericórdia.

Como todos sabem, os desafios que se colocam à nossa Santa Casa da Misericórdia de Paredes são tremendos, assim como seguramente é imensa a capacidade de trabalho de todos quantos nela participam do seu quotidiano, pelo que continuará a desempenhar um papel significativo na afirmação da solidariedade fraterna.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2018

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

1. Aprovação do Relatório e Contas do período de 2018;
2. Que o Resultado Líquido Negativo de 84 938.36 euros (oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito euros e trinta e seis cêntimos) do período de 2018, transite para Resultados Transitados.

Paredes, 06 de março de 2019

A Mesa Administrativa

Handwritten signatures of the Administrative Board members, including a large signature at the top, followed by 'Adelalva', 'Rosa Real', and another signature.



Handwritten signature

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 2018



Balço em 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em Euros)

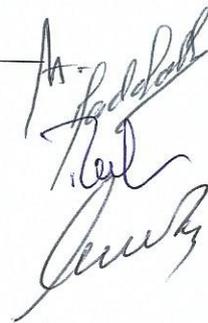
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	2.346.559,47	2.492.694,75
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	10.734,02	16.053,62
Investimentos financeiros	6	445.758,28	445.758,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		2.803.051,77	2.954.506,65
Ativo corrente:			
Inventários	7	10.487,09	12.875,79
Créditos a receber	13.1	55.779,80	39.741,63
Estado e outros entes públicos	13.2	67.525,86	53.718,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	-	10,00
Diferimentos	13.4	73.188,05	95.004,03
Outros ativos correntes	13.5	706.969,03	742.480,53
Caixa e depósitos bancários	13.6	2.303.943,95	2.115.830,27
		3.217.893,78	3.059.660,71
Total do Ativo		6.020.945,55	6.014.167,36
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	52.216,75	52.216,75
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.7	5.811.388,11	5.843.874,80
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	(267.756,62)	(420.909,07)
Resultado líquido do período		(84.938,36)	(32.486,69)
Total do Fundo de Capital		5.510.909,88	5.442.695,79
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.8	76.188,29	77.936,40
Estado e outros entes públicos	13.1	38.601,15	35.137,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.4	47.869,73	51.237,63
Outros passivos correntes	13.9	347.376,50	407.159,79
		510.035,67	571.471,57
Total do Passivo		510.035,67	571.471,57
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		6.020.945,55	6.014.167,36

**Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de dezembro 2018**

(Montantes expressos em Euros)

Handwritten signatures and initials:
A. [Signature]
[Signature]
[Signature]

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	13.10	938.714,97	901.622,72
Subsídios, doações e legados à exploração	13.11	1.185.264,45	1.150.018,32
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.12	(319.848,52)	(287.164,79)
Fornecimentos e serviços externos	13.14	(414.359,67)	(454.831,05)
Gastos com o pessoal	13.15	(1.660.764,73)	(1.568.965,34)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13.16	456.906,59	503.573,45
Outros gastos	13.17	(42.675,31)	(15.736,94)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		143.237,78	228.516,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(233.067,43)	(269.843,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(89.829,65)	(41.327,02)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.18	4.891,29	8.840,33
Juros e rendimentos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(84.938,36)	(32.486,69)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(84.938,36)	(32.486,69)



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2017

(Montantes expressos em Euros)

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos Patrimoniais					
	Fundo	variações nos fundos	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2017 (SNC)	52.216,75	728.953,61	5.812.988,83	(1.140.938,42)	30.885,97	5.484.106,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						0,00
Aplicação Resultado Líquido Período			30.885,97		(30.885,97)	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		(8.924,26)		-		(8.924,26)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(32.486,69)	(32.486,69)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (SNC)	52.216,75	720.029,35	5.843.874,80	(1.140.938,42)	(32.486,69)	5.442.695,79

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2018

(Montantes expressos em Euros)

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos Patrimoniais					
	Fundo	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018 (SNC)	52.216,75	720.029,35	5.843.874,80	(1.140.938,42)	(32.486,69)	5.442.695,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						0,00
Aplicação Resultado Líquido Período			(32.486,69)		32.486,69	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		153.152,45		-		153.152,45
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(84.938,36)	(84.938,36)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (SNC)	52.216,75	873.181,80	5.811.388,11	(1.140.938,42)	(84.938,36)	5.510.909,88



Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		922.675,74	895.379,22
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-708.387,95	-716.830,05
Pagamentos ao pessoal		-1.647.207,55	-1.553.942,31
Fluxo gerada pelas operações		-1.432.919,76	-1.375.393,14
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-266,15	-219,71
Outros recebimentos/pagamentos		1.574.539,14	1.514.523,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		141.353,23	138.911,13
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-135.858,82	-828.261,06
Activos intangíveis		-2.706,00	-24.079,22
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	2.724,06
Outros activos			
Subsídios ao investimento		180.085,23	
Juros e rendimentos similares		5.240,04	13.541,60
Dividendos		0,00	169,10
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		46.760,45	-835.905,52
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos da caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		188.113,68	-696.994,39
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.115.830,27	2.812.824,66
Caixa e seus equivalentes no final do período	13.6	2.303.943,95	2.115.830,27

Anexo às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Montantes Expressos em euros)

A - Paredes
Neto
Ambr

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161

4580-085 Paredes

1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua ereção canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento, bem como apoio social á Infância através das respostas sociais: Lar de idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL e também RSI – Rendimento Social de Inserção.

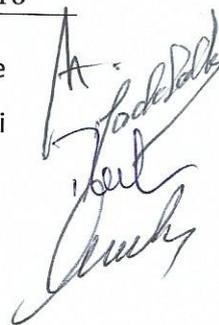
1.4. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.

1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilístico para entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 DE 09 de março de 2011.



Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

- Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das Contas;
- Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;
- Aviso n.º 6726-B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;
- Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2017.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

**b) Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

d) Regime do Acréscimo (Periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registados contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e Credores por acréscimo” e “Diferimentos”.

e) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edifícios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 – Propriedades de Investimento. A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA, tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em

virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações.



4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

Os gastos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividade presentes e futuras adicionais.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade, a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As doações ou heranças que estejam associados a ativos depreciáveis/amortizáveis, são inicialmente registados na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros Rendimentos – Imputação de doações para investimentos”.



A partir de 2016, as anteriormente designadas “Propriedades de Investimento” passaram a estar incluídas nos ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, e incluem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções para obter rendimento.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	17.707,33				17.707,33
Edifícios e outras construções	13.758.858,94	50.024,53	4.489,48		13.804.393,99
Equipamento básico	642.388,83	25.906,23	680,40		667.614,66
Equipamento de transporte	359.923,03	-	-		359.923,03
Equipamento administrativo	188.404,02	7.016,32	-		195.420,34
Outros ativos fixos tangíveis	78.580,59	-			78.580,59
Total Ativo tangível bruto	15.045.862,74	82.947,08	5.169,88	-	15.123.639,94

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	11.536.814,19	161.261,72	448,95		11.697.626,96
Equipamento básico	480.368,28	38.272,72	680,40		517.960,60
Equipamento de transporte	295.240,32	16.159,37	-		311.399,69
Equipamento administrativo	162.554,45	9.263,17	-		171.817,62
Outros ativos fixos tangíveis	78.190,75	84,85	-		78.275,60
Total depreciações ativos tangíveis	12.553.167,99	225.041,83	1.129,35		12.777.080,47
Ativo fixo tangível líquido	2.492.694,75				2.346.559,47

**5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS****5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:****a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**Ativo Bruto**

	Saldo em 31/12/2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	89.250,77	2.706,00			91.956,77
Total Ativo intangível bruto	89.250,77	2.706,00	-	-	91.956,77

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	73.197,15	8.025,60	-	-	81.222,75
Total depreciações ativos intangíveis	73.197,15	8.025,60	-	-	81.222,75
Ativo intangível líquido	16.053,62				10.734,02



6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

Os investimentos financeiros são constituídos por participações financeiras no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social e outros investimentos.

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.

Relativamente à base de mensuração das participações financeiras na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações.

Foi apresentado um Processo Especial de Revitalização (PER) pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em julho de 2016, que corre termos no Tribunal da Comarca Porto Este – Instância Central de Amarante – Secção de Comércio – J2 sob o N.º 914/16.6 T8AMT. Atualmente existe um litígio judicial pendente que corre termos no referido tribunal, relativo ao PER apresentado pelo HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, onde a Misericórdia apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do



imóvel onde está instalado o HMP no valor de 507 643.88€ (quinhentos e sete mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos, provenientes de rendas vencidas e não pagas pelo HMP, SA de 2013 e julho de 2016, e um crédito de suprimentos, a título de reforço de suprimentos adicionais, efetuado pela Misericórdia enquanto acionista do HMP, SA no valor de 110 922.00€ (cento e dez mil novecentos e vinte e dois euros).

No ano 2017 houve alienação das ações da EDP e Cimpor. O desreconhecimento destes ativos financeiros, resultante de venda é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos". No ano 2018 não houve alterações.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as quantias escrituradas são as seguintes:

Investimentos financeiros

	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Abates e Alienações	Ajustamento	Saldo em 31/12/2018
Investimentos financeiros					
Ações no HMP, SA	443.661,58				443.661,58
Outros investimentos financeiros	2.096,70				2.096,70
Total Investimentos financeiros	445.758,28	-	-	-	445.758,28

7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.



7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

Inventários

Descrição	2018	2017
<i>Inventários</i>	-	-
Matérias primas e consumíveis	10.487,09	12.875,79
Total Inventários	10.487,09	12.875,79

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Descrição	Saldo a 31-12-2017	Imputação do subsídio	Saldo a 31-12-2018
Fundos Patrimoniais			
Subsídio PIDDAC	258.364,40	7.877,26	250.487,14
Total	258.364,40	7.877,26	250.487,14

A -
Garcia
Net
Cunha

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra com todas as condições a eles associados para os receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Os subsídios à exploração que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração do exercício imputam-se como rendimentos desse exercício.

Os subsídios à exploração que se destinam a financiar a cobertura de gastos de exercícios futuros, são imputados aos referidos exercícios, à medida que os gastos são ocorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração estão divulgados de forma exaustiva na nota 13.11.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros – são mensuradas ao custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

11. Benefícios de empregados

11.1) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários é o seguinte:

Descrição	2018	2017
N.º médio de funcionários		
Efetivos	101	103
Contratados a termo certo	6	4
Contratados a termo incerto por substituição temporária de trabalhador	11	11
Contrato Estágio emprego	1	0
Contratados a termo incerto - Protocolo com CDSS - RSI	10	10
Total	129	128

O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:

Assembleia Geral – 4 membros efetivos e 2 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.





12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não foram detetados acontecimentos após a data do balanço suscetíveis de afetar as presentes demonstrações financeiras.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1) Créditos a receber

As quantias apresentadas para créditos a receber têm a seguinte discriminação:

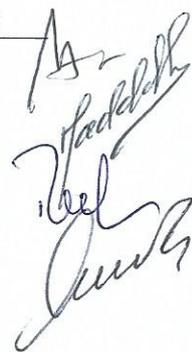
Descrição	2018	2017
Utentes c/corrente	54.572,80	38.534,63
Utentes de cobrança duvidosa	1.207,00	1.207,00
Total	55.779,80	39.741,63

13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	2018		2017	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o Valor Acrescentado	67.259,71		53.498,75	
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	266,15		219,71	
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		7.656,49		5.975,00
Contribuições p/ Segurança Social		30.944,66		29.162,75
Outros		0,00		0,00
Total	67.525,86	38.601,15	53.718,46	35.137,75
Saldo	28.924,71			-18.580,71

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.



13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Doadores		
Doadores em curso	-	10,00
Total	-	10,00

13.4) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2018	2017
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Grandes reparações nos ativos e outros	73.188,05	95.004,03
Total	73.188,05	95.004,03
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração (FEAC) (1)	23.999,98	23.999,98
Subsídios à exploração (PAC) (2)	12.669,75	17.737,65
Adiantamento para alojamento utentes	11.200,00	9.500,00
Total	47.869,73	51.237,63

POAPMC – Programa Operacional de Apoio aos mais carenciados, Tipologia T0 1.2.1
Distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade aprovado em
16/10/2017 e término a 30/11/2019:

- (1) FEAC (Fundo Europeu de Apoio aos mais carenciados)
- (2) PAC (Programa de Apoio Complementar)



13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Suprimentos	110.922,00	110.922,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	1.591,67	1.940,42
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	4.612,50
Outros Devedores		
Inquilinos	521.703,96	515.993,88
Devedores por participação no capital	1,00	1,00
Devedores por cessão de créditos HMP,SA	21.121,49	21.121,49
Devedores por subsídios - ISS (POAPMC)	51.354,85	87.339,32
Outros	274,06	549,92
Total	706.969,03	742.480,53

13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2018	2017
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	259,31	38,03
Depósitos à ordem	403.684,64	215.792,24
Depósitos a prazo	1.900.000,00	1.900.000,00
Total	2.303.943,95	2.115.830,27

**13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS**

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2018	2017
Fundos patrimoniais		
Fundos	52.216,75	52.216,75
Resultados transitados	5.811.388,11	5.843.874,80
Ajustamentos em ativos financeiros	(1.140.938,42)	(1.140.938,42)
Outras Variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios ao investimento PIDDAC	250.487,14	258.364,40
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	162.076,71	0,00
Doações	460.617,95	461.664,95
Resultado líquido do período	(84.938,36)	(32.486,69)
Total	5.510.909,88	5.442.695,79

13.8) FORNECEDORES

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2018	2017
Fornecedores		
Fornecedores c/c	76.188,29	77.936,40
TOTAL	76.188,29	77.936,40

13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição	2018	2017
Fornecedores do imobilizado	11.530,51	69.612,13
Credores por acréscimos de gastos	253.698,82	240.141,64
Credores - Mediadores - Programa POAPMC	13.015,54	32.837,36
Outros credores	69.131,63	64.568,66
Total	347.376,50	407.159,79

13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 este item era constituído pelas seguintes quantias:



Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	936.212,97	899.732,72
Quotizações e joias	2.502,00	1.890,00
Total	938.714,97	901.622,72

Número médio de utentes por resposta social em 2018

Resposta Social	Total de Utentes			Comparticipados		Não participados	
	Homens	Mulheres	Total	Nº	%	Nº	%
Lar	17	47	64	60	94%	4	6%
Centro de dia	3	10	13	10	77%	3	23%
SAD	22	28	50	50	100%	0	0%
Creche	26	29	55	45	82%	10	18%
Pré-Escolar	56	59	115	90	78%	25	22%
CATL	49	49	98	76	78%	22	22%
Sub. Total	173	222	395	331	84%	64	16%
Rendimento Social de Inserção			360	360	100%	0	0%
Total	173	222	755	691		64	8%

A. F. ...
R. ...
C. ...

13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2018	2017
Subsídios, doações e legados à exploração		
Centro distrital de segurança social		
Lar	298.843,17	287.572,89
Centro de dia	13.578,00	13.285,20
SAD - Serviço de apoio domiciliário	226.646,40	221.763,00
Creche	149.065,44	145.854,48
Pré-escolar	203.898,24	203.422,56
CATL	65.043,84	63.639,36
RSI	169.104,55	167.629,11
POAPMC (Programa operacional apoio aos +carenciados)	5.067,90	13.707,87
Outras Entidades		
Subsídios IEFP	42.261,31	18.028,99
Doações e heranças	11.755,60	15.114,86
Total	1.185.264,45	1.150.018,32

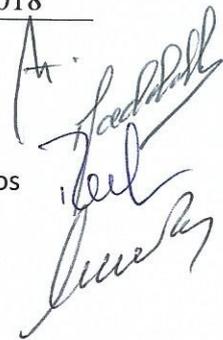
13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2018 e 2017:

Descrição	Matérias -primas, subsidiárias e de consumo		Total
	Mercadorias		
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
2018			
Inventários iniciais	0,00	12.875,79	12.875,79
Compras	0,00	317.459,82	317.459,82
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	10.487,09	10.487,09
	C.M.V.M.C.	0,00	319.848,52
2017			
Inventários iniciais	0,00	10.895,69	10.895,69
Compras	0,00	289.144,89	289.144,89
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	12.875,79	12.875,79
	C.M.V.M.C.	0,00	287.164,79

13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:



Descrição	2018	2017
Fornecimentos e Serviços Externos		
Subcontratos	0,00	42.756,30
Trabalhos especializados	49.220,02	56.598,06
Publicidade e propaganda	815,22	1.758,60
Vigilância e segurança	1.107,00	1.107,00
Honorários	42.832,57	39.906,00
Conservação e reparação	54.544,51	59.171,54
Encargos de saúde com utentes	24.732,64	23.237,17
Serviços bancários	2.196,24	2.297,15
Serviços de cabeleireiro	0,00	120,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.626,68	2.456,90
Livros e documentação técnica	149,90	103,70
Material de escritório	574,36	1.955,95
Artigos para oferta	4.205,25	3.648,26
Material didático	3.229,07	3.004,66
Jornais e revistas	834,03	454,47
Vestuário e calçado de utentes	1.286,80	88,50
Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes, e outros)	17.672,57	12.422,42
Eletricidade	57.581,85	52.608,43
Gas natural	32.201,06	24.367,28
Gasoleo	10.946,06	10.945,07
Água	30.607,03	33.860,83
Outros fluidos	0,00	20,90
Deslocações, estadas e transportes	20.582,76	20.080,65
Rendas e alugueres	1.541,32	5.135,23
Comunicação	4.006,21	5.148,12
Seguros	11.906,61	7.732,41
Contencioso e notariado	18,00	299,98
Limpeza, higiene e conforto	3.786,54	5.214,14
Portagens	956,95	973,30
Atividades escolares	7.538,25	10.586,25
Bolsa centro emprego	24.524,03	23.860,87
Funerais de utentes	2.107,19	2.466,21
Outros	1.028,95	444,70
Total	414.359,67	454.831,05



13.15) GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica "Gastos com pessoal" tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	1.342.908,82	1.274.329,30
Encargos sobre remunerações	291.406,27	272.831,42
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	15.909,58	19.479,49
Outros gastos (formação profissional ...)	10.540,06	2.325,13
Total	1.660.764,73	1.568.965,34

13.16) OUTROS RENDIMENTOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2018	2017
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	15.436,79	9.939,80
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.363,67	1.961,62
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		
Rendas de edificio - Hospital	154.017,56	152.821,82
Rendas de habitação	21.201,78	17.700,00
Rendas de consultórios	27.195,05	30.283,80
Rendas de edificio - hemodiálise	192.000,00	192.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	448,95	106,23
Imputação de subsídios/doações para investimentos		
Subsídios Piddac	7.877,26	7.877,26
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	18.008,52	0,00
Doações de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.047,00	1.047,00
Restituições de impostos (Pedidos de Restituição IVA)	16.310,01	89.023,36
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	812,56
Total	456.906,59	503.573,45

13.17) OUTROS GASTOS

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2018	2017
Outros Gastos E Perdas		
Impostos	33.393,91	2.530,49
Descontos De Pronto Pagamento Concedidos	1,06	0,79
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	0,00	742,55
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	424,57	1.180,64
Donativos	7.943,77	10.424,47
Quotizações	912,00	858,00
Total	42.675,31	15.736,94

13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2018	2017
Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	4.891,29	8.671,23
Dividendos Obtidos	0,00	169,10
Total	4.891,29	8.840,33

14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 06 de março de 2019.

A Mesa Administrativa



The image shows a handwritten signature in blue ink over a circular stamp. The stamp contains the text "IRMANDADE DA MISERICORDIA DE PAREDES" around the perimeter. There are other handwritten marks and signatures around the stamp.

A Contabilista Certificada n.º 61761



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Selantios".



PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;





PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 11 de março de 2019

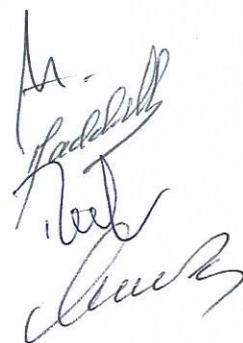
PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO SROC, LDA
Representada por:

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão
Registado sob os nºs 686 na OROC e 20160327 na CMVM





Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes



PARECER DO CONSELHO FISCAL

De conformidade com o disposto na alínea c) ponto 1º do artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa da Misericórdia de Paredes, vem o Conselho Fiscal ou Definitório, apresentar à Assembleia Geral o seu parecer sobre o Balanço, o Balancete, a Demonstração de Resultados e respectivo anexo relativos ao exercício do ano de dois mil e dezoito.

Neste sentido, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

Na Demonstração de Resultados regista um aumento na rubrica de Gastos com o Pessoal em 91.799,39€, motivado pela subida de categorias e entrada de novos funcionários.

As Vendas e Serviços prestados também registam um aumento, face ao ano anterior, em cerca de 37.092,25€.

Os Resultados Líquidos do exercício de dois mil e dezoito registou um resultado líquido negativo na ordem dos 84.938,36€, por força das amortizações registadas no presente ano, que rondam os 233.067,43€.

Para concluir, o Conselho Fiscal chama a atenção ao mencionado na Certificação Legal de contas por parte do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente pelo facto de não ter sido constituída imparidade sobre os créditos detidos no HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA. no montante de 507.643,88 € proveniente das rendas vencidas e não pagas, em virtude desta dívida não ter sido incluída no Plano Especial de Recuperação do hospital, por ser considerada dívida subordinada. Esta situação foi entretanto objecto de contestação judicial por parte de Santa Casa da Misericórdia de Paredes.

Para concluir, os membros do Conselho fiscal são de parecer que o relatório e contas relativas ao exercício de dois mil e dezoito, devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Paredes, 12 de Março de 2019

O Conselho Fiscal

